

MANUEL GAMIO E SAMUEL RAMOS: PERSPECTIVAS ACERCA DO INDÍGENA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL MEXICANA PÓS-REVOLUÇÃO DE 1910

STÉFANNY SOARES DE MENEZES DIAS¹

Esta pesquisa é vinculada ao projeto da Professora Doutora Libertad Borges Bittencourt, intitulado *O Crisol americano e as identidades nacionais: O lugar das Américas no pensamento hispano-americano nos séculos XIX e XX*, no qual a autora realiza um estudo direcionado aos intelectuais latino-americanos, relacionando-os com as discussões sobre os ideais da formação dos novos Estados Nacionais no século XIX, num vínculo com as questões raciais e culturais.

O recorte desta pesquisa localiza-se na primeira metade do século XX, mais precisamente entre 1910 e 1934, no México. A escolha deste período deveu-se às datações em que as obras de Manuel Gamio e Samuel Ramos foram escritas, além de ser um período emblemático no debate sobre as identidades nacionais no continente americano, pois

para entender o atual momento político dos índios da América Latina é importante compreender como eles foram e são enquadrados nas análises sobre a nação. No final do século XIX, intelectuais de diferentes vertentes intensificaram as reflexões sobre o lugar do índio nas nações que estavam se consolidando, e suas formulações, de certa forma, ainda permeiam as concepções sobre os ameríndios. (BITTENCOURT, 2005: 3)

Realizar um trabalho sobre a temática do indigenismo na ótica dos intelectuais latino-americanos é um desafio ao historiador. Primeiro pela delimitação espaço-temporal da pesquisa, pois, dentre os vários intelectuais que escrevem neste período, realizar a escolha entre eles, e conseqüentemente, de seu país de origem, é tarefa instigante, uma vez que nos encontramos diante de várias perspectivas que poderão nos influenciar nos trabalhos. Outro desafio é o limitado acesso às fontes, uma vez que a maioria dos exemplares das obras se encontram em coleções particulares ou em livrarias do exterior.

¹ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás.

A leitura de duas das obras dos dois autores em questão, sendo elas “Forjando Patria”, de Manuel Gamio, datada de 1916; e “El Perfil del Hombre y la Cultura en Mexico”, de Samuel Ramos, datada de 1934, associada às leituras específicas acerca dos intelectuais latino-americanos, nos fazem refletir sobre a importância dos mesmos, na tentativa de dar outro sentido à pátria e ao homem mexicano, no momento em que as discussões pós-revolucionárias refletem sobre a formação de uma nova identidade nacional. Bittencourt (2010), ao citar as obras de Gamio e Ramos, afirma que estas:

[...] são emblemáticas e se constituem em documento histórico, no sentido de problematizar as propostas desses autores para o futuro da nação. Estes intelectuais se preocupavam em admoestar seus coetâneos, apontando-lhes um dever nacional; neste se perfilava a difícil questão racial e a união dos elementos dispersos que a compunham era apontada como tarefa primordial e urgente. A solução localizava-se no conhecimento, na educação universal e na moral. A idéia de unidade e de bem estar nacional são a tônica dessas reflexões. (BITTENCOURT, 2010: 17)

Manuel Gamio – nascido no México em 1883 – foi antropólogo, arqueólogo e sociólogo. Teve seus estudos iniciais interrompidos aos 19 anos, para trabalhar nas plantações de sua família. Lá, em contato com indígenas, aprendeu o *náhuatl*² e interessou-se pelas questões indigenistas. Em 1909, viajou para os EUA para estudar com Franz Boas³, na Universidade de Colúmbia, retornando ao México em 1910 – ano da Revolução Mexicana. Sua obra de maior expressão é o livro *Forjando Pátria*, de 1916.

O autor foi influenciado na escrita de sua obra por uma conjuntura externa e interna que serão elucidados mais a frente. Contudo, um dos mais fulcrais, advém do fato de Gamio escrever entre a eclosão da Revolução Mexicana em 1910 e a reformulação da Constituição, em 1917, o que situa sua obra na efervescência das novas idéias revolucionárias, de posicionamentos perante as várias camadas da sociedade, entre elas os indígenas. Segundo Justino Fernández⁴, o livro de Gamio adquire tal importância para o contexto em que é desenvolvido, que pode ser considerado como um

² Língua asteca, encontrada no México e América Central, surgida no século VII. É a língua nativa com maior número de falantes no México – 1,5 milhão.

³ Por este motivo, Franz Boas é o intelectual que mais influencia os escritos de Manuel Gamio.

⁴ Doutor em História pela UNAM, autor do prólogo da segunda edição do livro de Manuel Gamio, datada de 1960.

“documento histórico no sentido de contribuir para o conhecimento do passado imediato”. (GAMIO, 1992: IX)

O segundo autor estudado nesta pesquisa é Samuel Ramos, que nasceu em 1897, na cidade de Zitácuaro, no estado de Michoacán. Em 1909, inicia seus estudos no Colégio de San Nicolás de Hidalgo, onde publica seus primeiros trabalhos. Em 1915, inicia seus estudos de filosofia, sob a tutela do Doutor José Torres Orozco. Em 1944, adquire seu doutorado em filosofia pela Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM). Entre suas obras de maior expressão encontra-se *El perfil del Hombre y la Cultura en México*.

Sua obra emerge da necessidade encontrada em criar uma teoria que explicasse a origem do homem mexicano e sua especificidade cultural⁵, além de pensar sobre o que se convencionou considerar sentimento de inferioridade. (RAMOS, 1999: 10). Ramos escreve em 1934 – dezoito anos após a publicação da obra de Gamio. Nesse ano, uma série de acontecimentos na política mexicana influenciou a escrita do autor. O período conhecido como *Maximato* (1928 – 1934), foi inaugurado por Plutarco Ellías Calles – o “*jefe maximo de la revolución*” – responsável, entre outras medidas, pela *lei Calles*, de 1926, que aplicava rigorosamente as disposições anticlericais constantes na Constituição de 1917. O *Maximato* foi um período político que teve seu fim em 1934, quando Lázaro Cárdenas del Rio, partidário da Revolução, assume a presidência e exila Plutarco Calles. Cárdenas foi um presidente popular, devido às medidas sociais que apresentou: criou confederações para representar camponeses e trabalhadores; desenvolveu a reforma agrária para distribuição de terras a camponeses e indígenas, entre outras medidas.

Influenciado pelas discussões sobre o lugar dos *pelados*⁶, nas quais a opinião do governo era de que os mesmos eram parte segregada da nação mexicana e constituíam uma ameaça para a sociedade, Samuel Ramos os considera como símbolo da identidade nacional, como representantes dos detritos humanos da cidade grande. Para o autor, o

⁵ O autor sente a necessidade de desenvolver uma Filosofia da Cultura.

⁶ Termo que descreve a camada insurgente advinda do crescimento urbano dos anos 1920 e 1930 no México. Os “pelados” designavam os favelados, camponeses, desempregados e indígenas, que, segundo o governo, representavam uma ameaça para a sociedade mexicana, uma vez que, grande parte, se voltava para a prática de atitudes criminosas.

pelado é “o melhor exemplar para estudo [...], pois constituiu a expressão mais elementar e bem desenhada do caráter nacional.” (RAMOS, 1999: 53).

Diante das leituras apresentadas, é possível realizar uma análise dos dois intelectuais em questão, sobre como estes se colocam diante da temática do indigenismo mexicano. Manuel Gamio possui uma visão favorável ao indígena, considerando-o como o principal pilar que sustenta a identidade mexicana. Entretanto, demonstra sua perspectiva positiva não somente defendendo o indígena como cerne da identidade, mas sim e, principalmente, condenando com pesadas críticas ao governo mexicano e ao povo europeu, que impuseram suas leis e cultura sobre um povo que já as possuía, de tal forma arbitrária, que o inculcou de um sentimento de timidez perante grupos sociais diferentes do seu.

Segundo o Terceiro Censo de População dos Estados Unidos Mexicanos, realizado em 1910, a população era de um total de 15,1 milhões de pessoas. Segundo Gamio, 75% desta população, ou seja, cerca de 11 milhões de pessoas, eram de raça, idioma, cultura ou civilização indígena. (GAMIO, 1992: 9).

Ponto fundamental para o entendimento desta perspectiva crítico-favorável encontra-se no momento em que o autor trabalha a questão da revisão das constituições latino-americanas, onde

Se faz notar que em nosso país, o elemento formado por indivíduos de raça indígena pura e indivíduos em que predomina uma alta proporção do mesmo sangue, constitui uma grande maioria da população total, integrando o resto os indivíduos de sangue original europeu e aqueles nos quais a proporção dos mesmos é considerável. Se adiciona que até esta data [1916], as Constituições e Legislações do México Independente, haviam sido derivadas exclusivamente das necessidades deste segundo grupo e tenderam à sua melhoria, deixando abandonada a população indígena, mais radicalmente pelos legisladores da monarquia espanhola, que criaram pelo índio e para o índio, as famosas Leyes de Indias⁷, que constituíram uma barreira poderosa em sua triste debilidade, podendo-se citar entre outros casos, a não escravidão do índio que, não foi libertado de tudo, quanto menos nunca foi escravo à maneira do que eram, por exemplo, os indivíduos de raça negra. (GAMIO, 199: 71)

⁷ Legislação promulgada pelos monarcas espanhóis para regular a vida social, política e econômica entre os residentes da parte americana da Monarquia Hispânica.

Gamio situa a denegação do indígena à cultura européia como principal fator para este sentimento mexicano, visto que estes eram parte majoritária da população, o que não condizia com a realidade política, pois estes não constituíam voz ativa no cenário de discussões constitucionais e legislativas, não obtendo, por exemplo, a criação de leis direcionadas às suas necessidades e seus ideais, tampouco, conseguindo com que as poucas existentes, fossem consideradas leis vigentes em âmbito nacional.

Por sua vez, Samuel Ramos desvelava um sentimento de inferioridade com relação ao indigenismo, pois percebia no indígena certa dificuldade e intransigência em admitir que foi influenciado por outras raças, afins e/ou européias. Ao encarar os conquistadores europeus, no século XVI, o indígena não se opunha somente a outra raça, mas sim à civilização e à relação de dominação. A resistência do indígena à civilização, ainda na época em que Ramos escreveu, pode ser explicada, segundo o autor, pelo sentimento negativo que os mesmos tinham para com a raça dominadora. Não se podia esperar dos indígenas atitudes favoráveis aos europeus, visto que foram estes que tentaram exterminá-los. No entanto, ainda segundo o autor, estes motivos históricos não bastam para explicar as dificuldades que se apresentavam na tarefa de civilizar o índio. Ao explicar a origem deste sentimento inferior, presente em todos os mexicanos, em especial no indígena, Ramos enfatiza que alguns:

[...] tem falado antes do sentido de inferioridade na nossa raça, porém ninguém, que saibamos, se tem valido sistematicamente desta ideia para explicar nosso caráter. [...] Deve-se supor a existência de um complexo de inferioridade em todos os indivíduos que manifestam uma exagerada preocupação por afirmar sua personalidade; que se interessam vivamente por todas as coisas ou situações que significam poder, e que tem uma ânsia imoderada de predominar, de ser em tudo os primeiros. [...] Ao nascer, o México encontrou-se em um mundo civilizado; [...] se apresentava na história quando já se imperava uma civilização madura, que apenas a metade pode compreender um espírito infantil. Desta situação desvantajosa, nasce o sentimento de inferioridade que se agravou com a conquista, a mestiçagem e até pela magnitude desproporcionada da Natureza. (RAMOS, 1999: 51)

Ramos, assim como Gamio, considera o indígena como o principal fator para a existência deste sentimento, porém, afirma que o mexicano é inferior devido à incompatibilidade do indígena com a civilização européia e, como eram a parte

majoritária da população, fazem com que o grupo mexicano, torne-se então, incivilizado e, portanto, inferior às demais culturas.

A partir destas reflexões, é perceptível o interesse dos dois autores em trabalhar com a questão indígena, pois mesmo com visões distintas, com a distância temporal entre seus escritos e com diferentes contextos históricos, ambos problematizam o papel do indígena na construção da nação. Apesar de visarem o mesmo fim, Manuel Gamio exalta o indígena como ator histórico na construção da nação mexicana, enquanto Samuel Ramos define-o como o motivo do sentimento de inferioridade que os mexicanos possuem em relação aos outros povos. Gamio e Ramos são referências ainda contemporaneamente, com uma percepção acurada sobre o seu país e que questionavam vários pontos de vista da época em questão, o que os torna, não apenas formadores de opinião, mas suscitadores de novos questionamentos.

Nesse passo, a hipótese que embasa essa reflexão é de que as leituras que esses autores fizeram em seu tempo tiveram um papel importante para subsidiar certas perspectivas que ainda respaldam reflexões recentes sobre os indígenas. Nesse sentido, teria sido atribuído, particularmente aos índios e aos mestiços, o ônus das mazelas que os afetam. Essa “culpa” recairia sobre todos os que nascessem no país e fossem da mesma raça, o que inviabilizaria um desenvolvimento mais equânime. Ainda quando se busca pensar a autenticidade cultural do México os estereótipos se evidenciam, mesmo nas leituras mais simpáticas à cultura pré-colombiana, como é o caso de Gamio.

As experiências no estrangeiro dos dois autores, em suas formações acadêmicas e o contexto histórico vivenciado por ambos, foram decisivas para o desenvolvimento de suas ideias e obras. Ao estudar nos EUA, Manuel Gamio foi orientado por Franz Boas, um antropólogo estudioso do particularismo histórico, que defendia a existência de várias culturas, cada uma com sua história, sofrendo alterações no decorrer dos anos. Influenciado por este pensamento, Gamio a utiliza para defender a importância da cultura indígena na formação do México pós-revolução e na reformulação da Constituição.

As influências de Samuel Ramos são adquiridas quando este estuda com o Doutor José Torres Orozco, um filósofo mexicano, defensor do positivismo provinciano, do darwinismo social, negando que o positivismo fosse a doutrina própria da ditadura

Porfirista. Ramos escreve em meio ao *Maximato*, portanto, um forte contexto para as novas discussões.

Diante destas afirmativas, somadas às leituras das duas obras, é possível realizar uma análise que culmine com o caminho percorrido por estas discussões, da marginalização na pré-revolução; o início das discussões em 1917; as opiniões de intelectuais à época de Gamio; as opiniões de intelectuais à época de Ramos, que contribuem para refletir sobre a questão étnica num país profundamente mestiço como o México nas primeiras décadas do século XX, quando se intensificou na América Latina o debate do que se convencionou denominar de indianismo.

Além dos dois intelectuais em questão, selecionamos mais dois intelectuais que discutem esta temática: Norberto Bobbio e Edward Said. Em suas obras, trabalham desde a definição da concepção de “intelectual”, até seus discursos, manifestos, objetivos e trajetórias.

De acordo com Said (2005), “pessoas bem relacionadas promovem interesses particulares, mas são os intelectuais que deveriam questionar o nacionalismo patriótico, o pensamento corporativo e um sentido de privilégio de classe, raça ou sexo” (SAID, 2005: 13). Portanto, “o principal dever do intelectual é a busca de uma relativa independência em face de tais pressões. Daí minhas caracterizações do intelectual como um exilado e marginal, como amador e autor de uma linguagem que tenta falar a verdade ao poder.” (SAID, 2005: 15)

O livro de Said é um marco em sua produção bibliográfica, pois integra sua vida profissional com sua militância política. Estas características são inseparáveis em sua escrita que caracteriza o intelectual como alguém que se situa à margem do poder, a fim de criticá-lo com independência e lucidez.

Por sua vez, Bobbio realiza uma crítica aos que criticam os intelectuais. Para ele, as pessoas que se gabam de falar – positiva ou negativamente – dos intelectuais são, elas mesmas, intelectuais, uma vez que é preciso ler sobre um intelectual para que se fale dele. Segundo o autor, é um erro fazer generalizações sobre a categoria, pois, ao afirmar tais generalizações, a pessoa que o cometeu “é um intelectual, ou acredita ser ele uma exceção, e, portanto não é verdade que o descrédito golpeie a todos, ou também ele está em descrédito e assim nenhum valor pode ser dado ao seu juízo” (BOBBIO, 1997: 10).

A fim de explicitar a importância do intelectual para a sociedade, Bobbio cita quatro teóricos que representam quatro pontos de vista distintos sobre a temática entre intelectuais e sua relação com a classe política: Karl Mannheim, Ortega y Gasset, Benedetto Croce e Julien Benda. Todos consideram o grupo como homogêneo e à parte da visão da sociedade acerca dos problemas por eles discutidos. Bobbio, ao trabalhar com as ideias de Julien Benda, observa que “o intelectual não tem uma tarefa política, mas uma tarefa eminentemente espiritual.” (BOBBIO, 1997: 34); para Mannheim, “a tarefa do intelectual é teórica, mas também mediamente política, pois a ele compete elaborar a síntese das várias ideologias que dão passagem a novas orientações políticas.” (BOBBIO, 1997: 34); para Ortega y Gasset, “a tarefa do intelectual é teórica, mas também imediatamente política, pois apenas a ele compete a função de educar as massas” (BOBBIO, 1997: 34); para Croce “a tarefa do intelectual também é política, mas a sua política não é ordinária dos governantes, mas a da cultura, e é uma política extraordinária, adaptada aos tempos de crise.” (BOBBIO, 1997: 34).

Estas reflexões nos permitem definir a primeira problemática: porque analisar as ideias dos intelectuais sobre o indigenismo e não a ótica dos próprios grupos indígenas ou dos governos pré e pós-revolução? Esta indagação é fulcral para o desenvolvimento da segunda problemática, uma vez que as perspectivas trabalhadas são as dos intelectuais: se estes são os responsáveis por fornecer um panorama geral dos debates que estão permeando as academias e/ou sociedade, como explicar então, a oposição de ideias de Gamio e Ramos acerca do mesmo tema, em um curto espaço de tempo que os separa, uma vez que Gamio escreve em 1916 e Ramos em 1934, portanto, uma mudança perceptível de pontos de vista em apenas dezoito anos.

Na sociedade mexicana do início do século XX, os grupos indígenas não possuíam voz representativa e/ou ativa nos debates sócio-políticos. Por este motivo, as poucas referências de suas reivindicações são de restrito acesso e divulgação, o que torna difícil a compreensão de seus pontos de vista sobre seus próprios problemas e necessidades. Esta afirmativa nos instiga: se tivéssemos acesso a alguma destas obras e, então, realizássemos uma análise, esta obra não teria uma perspectiva voltada para os interesses deste grupo? Diante desta restrição e da possível defesa dos próprios interesses, optamos por não trabalhar com a ótica indígena.

Com relação à perspectiva dos governos – pré e pós-revolucionário – apresentou-se a mesma indagação: suas obras seriam voltadas para a defesa de seus interesses ou para os interesses da sociedade? Mesmo com condições de acessar tais obras, optamos por não trabalhar com a ótica governamental por acreditarmos que estas poderiam ser tendenciosas.

Optamos, portanto, por pesquisar a ótica dos intelectuais, pois acreditamos que estes tinham condições e meios para divulgar suas ideias e discussões, e, como suscitadores de novos debates, conseguiriam realizar um estudo que abrangesse os grupos marginalizados, enfatizando os indígenas – pelos motivos já explanados.

O contexto histórico vivenciado pela América Hispânica no início do século XX – as comemorações dos centenários de independência – criou uma esfera de discussões sobre as identidades nacionais, que se buscava amalgamar, visto que um dos objetivos dos hispano-americanos era a desvinculação da nova identidade com aquelas criadas quando ainda eram colônias.

Diante deste caráter de discussões, os intelectuais encontraram-se frente a oportunidades para divulgação e discussão de seus ideais e propostas, especialmente sobre os limites que esta nova identidade deveria alcançar, quais grupos deveria abranger e quais elementos priorizar.

O México, em específico, possui um emblemático caso que aguça o interesse dos historiadores, pois, em meio às preparações para as comemorações do primeiro centenário de independência, em 1910, eclode a Revolução Mexicana, liderada por Francisco Madero, contra o denominado *Porfiriato*.⁸ Seis anos depois, iniciam-se as discussões para a reformulação da Constituição nacional.

Neste contexto de mudanças, somado às discussões sobre a nova identidade mexicana, os intelectuais depararam-se com a necessidade de discutir o papel dos grupos indígenas nas lutas de independência, revolução e de sua participação na formação do mexicano, o que justifica a defesa de Gamio de que os indígenas são os pilares de sustentação da identidade nacional mexicana. Desta forma, o papel dos intelectuais como suscitadores de novos debates e como meios de divulgação destas discussões, é de fundamental importância para a tentativa de definir o lugar do indígena na construção da identidade mexicana – a *mexicanidade*.

⁸ Período de governo do Presidente General José de la Cruz Porfirio Díaz (1876 – 1911)

Referências Bibliográficas

Fontes Primárias

BOBBIO, Norberto. *Os Intelectuais e o Poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

GAMIO, Manuel. *Forjando Patria*. México: Editora Porrúa, 1992.

MÉXICO. Constituição (1917). *Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos*. Promulgada em 5 de fevereiro de 1917. Disponível em: <<http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/1.pdf>>. Acesso em: 21 de setembro de 2010.

RAMOS, Samuel. *El Perfil del Hombre y la Cultura em México*. México: Editora Espasa, 1999.

SAID, Edward W. *Representações do Intelectual: as Conferências Reith de 1993*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

Obras Consultadas

ALIMONDA, Héctor. *A Revolução Mexicana*. Ed. Moderna. 2ª edição. 1986.

ÁVILA, Alfredo. *Las Revoluciones Hispanoamericanas vistas desde el siglo XXI*. In: Revista de História Ibero Americana. pp. 4 – 27.

BITTENCOURT, Libertad Borges. *O Crisol Americano e as Identidades Nacionais: o lugar das Américas no pensamento hispano-americano nos séculos XIX e XX*. 2010.

_____. *Indigenismo e Nacionalidade na América Latina*. In: História Revista: Revista do Departamento de História e do Programa de Mestrado em História/UFG. vol. 10, 2005. pp. 135 – 151.

BOTELHO, André. *O poder ideológico: Bobbio e os Intelectuais*. Publicado em: *Lua Nova*, nº 62. CEDEC, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n62/a06n62.pdf>>. Acesso em: 21 de setembro de 2010.

BUSTOS, Rodolfo Bórquez; MEDINA, Rafael Alarcón; LOZA, Marco Antonio Basílio. *Revolução Mexicana – Antecedentes, Desenvolvimento, Conseqüências*. – 1ª Edição – São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CURZIO, Leonardo. “O México no século XX: da revolução à democratização” In. AGGIO, Alberto. e LAHUERRTA, Milton. (orgs). *Pensar o século XX – Problemas políticos e história nacional na América Latina*. SP: Ed. UNESP, 2003, pp. 291 – 315.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. *As Pesquisas denominadas “Estado da Arte”*. In: Revista Educação & Sociedade, ano XXIII, nº 79, agosto/2002; pp. 257 – 272. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br/revista/rev/rev79.html>>. Acesso em: 10 de outubro de 2010.

FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira. *Patria mestiza: memória e história na invenção da nação mexicana entre os séculos XVIII e XIX*. Campinas, SP: [s. n.], 2009.

GUTIÉRREZ, Natividad. *O Nacionalismo no México: em busca das leitoras da comunidade imaginada*. In: PAMPLONA, Marco A. e MÄDER, Maria Elisa. (orgs) *Revoluções de*

independência e nacionalismos nas Américas: Nova Espanha. São Paulo: Paz e Terra, 2008, pp. 213 – 235.

SANTANA, Adalberto. *La Revolución Mexicana y su Repercusion em América Latina*. In: Latinoamerica. Revista de Estudios Latinoamericanos, n° 44. UNAM, México. pp. 103 – 127.

VILLA, Marco Antônio. *A Revolução Mexicana*. Série Princípios. SP: Ed. Ática, 1993, pp. 10 – 74.